



## Ontognoseologia e Teoria da Cultura no livro “Introdução à Filosofia” de Miguel Reale

**Ronaldo Pimentel**

Graduando em Filosofia - UFJF

Membro do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos - UFJF

[pimentelrp@yahoo.com.br](mailto:pimentelrp@yahoo.com.br)

### 1. Introdução

Este texto trata de uma resenha do livro *Introdução à Filosofia*, de Miguel Reale<sup>127</sup>, onde o autor fez uma exposição clara das principais correntes filosóficas de modo crítico, para assim, lançar as bases para a Ontognoseologia ou a Teoria Geral do Conhecimento. Aqui será exposto o que Reale diz ser a Filosofia, que é um conhecimento de caráter universal, além de realizar a distinção entre a Metafísica e Ontognoseologia, que são os principais componentes da Filosofia. Quanto a Ontognoseologia será subdividida em Ontologia, como parte *objecti* e Gnoseologia como parte *subjecti*. a Teoria dos Valores como fator, tal teoria será de suma importância. A teoria da cultura constituirá a base para todas as Ciências Culturais, dado que as Ciências Culturais possuem uma fundamentação diferenciada das ciências naturais.

---

127 REALE, M. *Introdução à Filosofia*, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989

## 2. Desenvolvimento

### 2.1 A Filosofia

Em Reale, a filosofia é a busca pela universalidade ou da verdade última, que se encontra nos princípios últimos do conhecimento. . A filosofia não pode ser construída através de sistemas de pensamentos ou ciências rigorosas que se cristalizam através do tempo. O que permanece na filosofia é a inquietante falta de evidência e de incessante pesquisa. É um empenho em busca da verdade primordial e que se constitui atividade puramente especulativa e que coloca tudo à condição filosófica através da crítica. Aqui, teremos que dar conta das “condições últimas” dos princípios morais e os princípios universais que governam o mundo e a vida. Através dessa reflexão superadora, pretende-se chegar ao homem pela capacidade sintetizadora do espírito.

Buscar uma compreensão total da realidade em seus aspectos fundamentais é utilizar-se da crítica ao que vem sendo produzido em relação ao conhecimento como um todo. Essa crítica está carregada de certos valores provenientes da experiência histórico-cultural. A ciência somente explica ou busca uma compreensão dos fatos<sup>128</sup>. A filosofia busca sempre o verdadeiro valor que exerce a cultura e, sendo assim, ela possui um caráter axiológico, que supera a simples coleta de dados realizada pelas ciências. A filosofia é uma reflexão universal e uma de suas atividades críticas é a teoria do conhecimento.

A teoria do conhecimento é denominada aqui como Ontognoseologia, que se propõe ser a Teoria Geral do Conhecimento ou Lógica Transcendental. Na Ontognoseologia, indagamos pelos valores contidos no ato de conhecer e que nos faz produzir conhecimento objetivo. De um lado, temos o conhecimento transcendental e de outro, o conhecimento objetivo. O conhecimento transcendental estipula as condições para que se possa produzir conhecimento. O conhecimento objetivo é produzido pela ciência em geral. Um conhecimento não

---

128 A explicação, no decorrer do texto, será caracterizada como uma atividade própria das ciências da natureza enquanto que a atividade de compreensão é uma atividade característica das ciências humanas.

ocorre sem o outro e ambos se complementam. A Ontognoseologia abrange toda a lógica transcendental assim como a lógica positiva, seja ela formal (analítica de linguagem), seja ela metodológica (lógica aplicada). A Ontognoseologia encontra-se subdividida em Gnoseologia e Ontologia e está preocupada em saber como o sujeito elabora o conhecimento e em que se fundamenta e em que se faz conhecido o objeto. Quando o conhecimento se direciona para uma ciência particular, o que se realiza é a epistemologia e esta está contida na lógica metodológica de cada ciência. A Ontognoseologia torna possível o desenvolvimento de qualquer problema filosófico como também os problemas relacionados ao conhecimento científico.

O conhecimento é uma apreensão objetiva dos fatos relativos a objetos e pode ser dividido em conhecimento vulgar e conhecimento científico. O conhecimento vulgar apresenta uma característica de evidência cotidiana, mas já o conhecimento científico se mostra determinado por leis causais e exige um tratamento metódico e relacional através de generalizações de certezas aplicando um critério de verificabilidade, de ordenação objetiva e de princípios axiomáticos. Assim, toda ciência adquire um caráter de generalidade, porém, enquanto a ciência possui um caráter geral, a filosofia propõe ser de um caráter universal que se faz conhecer inclusive os fundamentos do conhecimento cotidiano, que a teoria do conhecimento não abrangeria.

A filosofia, por ser uma atividade crítica e, portanto, valorativa, é baseada em um único pressuposto que é o rigor e coerência de pensamento. Portanto, a atividade filosófica incluiria uma crítica que mantenha os valores em defesa e tais valores se condicionam a um período histórico-cultural de determinado filósofo, fazendo da filosofia uma atividade vinculada a circunstâncias, longe da exatidão, e carregada de pessoalidade. Um dos aspectos importantes da Ontognoseologia é tratar do caráter histórico não como determinante, mas como algo que influencia nas decisões humanas.

## 2.2 A Ontognoseologia

Na ontognoseologia, o conhecimento trabalha em duas polaridades que se complementam. Com o pressuposto de que *conhecer é conhecer algo*, quem conhece é o sujeito do conhecimento e o conhecido é o objeto. Autores como Nicolai Hartmann, de uma posição essencialmente ontológica, afirmam que ontologia é o que é “conhecido do ser”. Nesse sentido, não se volta à ontologia ao estudo do “ser enquanto ser”, onde o conceito que a palavra se liga não é de um estudo dos objetos mas de caráter metafísico. Aqui, não valorizaremos nem totalmente o objeto nem totalmente o sujeito. O sujeito não é absoluto e, portanto, não possui a capacidade de construir objeto algum.

Todo sujeito possui uma consciência (sujeito cognoscente) e está sempre voltada para o real a ser conhecido. Como a consciência é consciência de algo, sempre se voltará para um objeto. O objeto possui suas próprias estruturas ônticas e o que resta ao sujeito é captá-las e transforma-las em estruturas lógicas. O sujeito não conhece tudo sobre o objeto e, sendo assim, o conhecimento não é de caráter universal.

O sujeito possui uma estrutura de determinação objetiva própria, onde consegue organizar as informações advindas do campo objetivo do ser para que se transforme em estrutura de determinação objetiva. Esse ser não é inteiramente conhecido pelo sujeito, visto que se o sujeito criasse o objeto teríamos uma situação de conhecimento total. Mas o ser é *infinitamente determinado*, porque se não o pudesse ser determinado, não seria objeto de conhecimento. A infinidade determinística é baseada no fato do realismo ontológico, onde o objeto se faz conhecido mas não inteiramente. Portanto, há mecanismos de restrição do conhecimento total.

O que influencia o conhecimento é o momento histórico-cultural ou a circunstância de conhecimento objetivo e há a evidência de objetos que não se fazem conhecidos. Aqui, Hartmann os configura como sendo *transobjetivos*, mas que podem um dia se fazer conhecidos. O que importa é que a realidade objetiva possui uma estrutura real ontológica e que o sujeito possui uma estrutura lógica

que traduz a realidade, portanto, metódica. Mas o método de apreensão pode não referir completamente ao modo de se apreender o real, o que exige que se mude as estruturas de conhecimento dessa realidade para entender o complexo objetivo a ser conhecido.

### 2.2.1 A Gnoseologia

Agora trataremos dos mecanismos gnoseológicos ou do sujeito do conhecimento. Será feita uma divisão entre processos cognitivos mediatos e imediatos. Os processos imediatos serão referentes à intuição e os mediatos, envolveria um tratamento dos dados após a intuição. A intuição é um conhecimento que se dá um contato direto com o objeto. Intuição é uma forma de conhecimento primeiro e subjetivo, como uma iluminação espiritual ou idéia chave. Dentro da intuição, temos três tipos principais que Reale classifica como sendo emocional, eidética e volitiva.

A intuição emocional é carregada de valores (estimativas). Esses valores conduzem o homem à ação e, portanto, provando que o homem não é somente pura razão. Nesse sentido, ocorre uma crítica ao conceito de ética formal como a ética kantiana ou um direito puramente racional. A estimativa, como valor fundante da ética, é buscada por Reale em pensadores como Bergson, R. Ingarden e Max Scheler. Quanto à intuição volitiva, é aquela em que o homem se descobre num mundo como uma forma viva além de existencial e é um ser voltado para a ação.

A intuição eidética busca descobrir a essência das coisas e, para tanto, se é uma intuição, deve necessitar de um contato imediato do sujeito com a essência do objeto. Nesse sentido, a busca da essência objetual faz com que coloquemos o que não é essência entre parêntesis (*epoché*). Deve-se descrever o objeto a ser estudado de maneira integral para se realizar a descrição objetiva. Colocar o supérfluo entre parêntesis e chegar à essência da coisa é garantir a redução eidética e após, a consciência deverá realizar uma auto-reflexão ou reflexão fenomenológica a fim de chegar ao eu puro e ao conteúdo intencional da

consciência sendo a consciência seu próprio objeto. A crítica realizada à intuição fenomenológica é que, apesar de permitir o sujeito referir-se a sua própria consciência e, através dela, olhar a si próprio, não deu o passo mais importante que é complementar tal pensamento com a experiência humana.

Tal experiência, que é subjetivo-objetiva, ocorre no campo da história e também é carregada de valores que impele o homem a agir de determinada maneira. Ao conseguirmos incluir na reflexão fenomenológica os valores que fazem o sujeito ir ao objeto de determinada maneira e, a saber, que esses valores são inerentes da cultura de um determinado ponto da história, transformamos a reflexão fenomenológica em *reflexão histórico-axiológica*. O homem necessita conhecer a si próprio pela sua cultura, pela sua história e, nesse sentido, pelos seus valores e interesses que são o conteúdo intencional da consciência e que o leva à experiência.

A intuição, por ser um conhecimento particular, deve passar por um processo de racionalização para que seja ampliada e se faça conhecida por outros sujeitos e incorporada às metodologias científicas.

Os métodos racionais podem ser a analogia, a indução e a dedução. Os dois primeiros permitem o aumento e a generalização do conhecimento. O método dedutivo apresenta características de formalização de teorias através de axiomas e regras de inferência. A intuição, num processo indutivo, está envolvida com as formulações de hipóteses a serem comprovadas empiricamente e, com relação ao processo dedutivo, a intuição está intimamente relacionada com o processo de evidência apodídica capaz de gerar uma verdade irrefutável e tão clara que é aplicada como princípio metodológico das ciências, seja geral ou particular.

A Ontognoseologia interpreta o método como um componente da relação sujeito e objeto. O método utilizado gnoseologicamente deve aplicar-se ao objeto que se faz conhecido, para evitar a aplicação de um método único a vários objetos. Um método serviria para encadear as intuições existentes e estabelecer uma *correlação concreta entre sujeito e objeto*. Mas o que se mostra de essencial importância é o método histórico-axiológico, aonde se vai à experiência histórica

para a busca de valores, num sentido de superação da intuição eidética. No mundo da cultura e das ciências culturais, os valores se intercalam de maneira dialética e se complementam numa síntese de novos valores. Com a teoria dos valores e a experiência histórica podemos interpretar os fatos da experiência cultural.

O conhecimento cultural, para se tornar possível, necessitaria de um método de pesquisa próprio e, nesse sentido, Reale aponta o pragmatismo de John Dewey como de grande utilidade para o conhecimento cultural. No pragmatismo, se algo é válido no plano teórico é porque possui significância no plano prático, histórico, sociológico e biológico. Assim, o conhecimento tanto quanto a verdade, passa pelo crivo da vida e das exigências culturais do homem e suas experiências. Quando se fala em conhecimento pragmático, o homem tanto em indivíduo quanto em sociedade deve ser levado em consideração, visto que a experiência humana não se realiza se não houver um indivíduo que coloque o espírito em contato com os objetos; e tal indivíduo é o protagonista da cultura que, vista fora dele, é fruto de uma coletividade posta em avaliação.

### **2.2.2 A Ontologia**

Na Teoria dos Objetos, trataremos do sujeito de juízo lógico, o objeto, e seu estudo será chamado de Ontologia. O assunto principal são as condições objetivas do conhecimento e dos objetos como componentes da realidade. Com relação aos objetos naturais, podemos subdividi-los em físicos e psíquicos, ambos são realidades temporais, porém os objetos físicos ocorrem no espaço. Objetos psíquicos são inerentes ao sujeito dizem respeito à inteligência e vontade humanas. Conhecemos esses objetos e suas relações através de um nexos causal e, portanto, os objetos naturais estão organizados para nós numa seqüência temporal e causal. Já os objetos matemáticos como números não existem no espaço e no tempo. Eles possuem uma consistência que ultrapassa qualquer seqüência temporal e existem independentemente do espírito que se põe a indagar sobre eles, mas, para serem percebidos, haverá sempre alguém para indagar sobre a sua existência. Portanto, são independentes dos indivíduos, mas não do pensamento puro e, por serem

conceituados, são objetos ideais.

Um elemento que não existiria, se não fossem os objetos, são os valores; e valores não podem ser confundidos com os objetos. Enquanto os objetos nos aparecem como são, os valores nos mostram para que *fim* eles existem ou *devem* existir. É a parte que nos indica o *dever ser*. Então, se sempre que nos referimos a um objeto, que é um sujeito de juízo, ao realizar um juízo de valor, indico o que o objeto *deve ser*. Numa união entre valores e as diversas categorias de objetos, criamos os *objetos culturais*. Na cultura, o estudo do objeto não é em *ser*, mas sim em *dever ser*.

### 2.2.3 A Teoria do Valor e Teoria da Cultura

Valores se contrapõem aos fatos, mas se realizam nesse fato e tendem a transcendê-lo. Todo valor possui o seu oposto, caracterizando a polaridade valorativa e todo valor realizado influencia as demais constelações de valores e tal atitude é denominado princípio da implicação recíproca. Ter um valor como algo que nos faz agir é ter uma finalidade da ação e todo valor possui um caráter normativo. A história é o palco da experiência dos valores e tal experiência ocorre com a objetivação dos mesmos. Assim, o valor envolve historicidade e capacidade de valorização objetiva.

A Axiologia, Teoria do Valor, encontra uma solução histórico-cultural. Na Axiologia histórico-cultural procura-se levar em conta a experiência histórica do homem num construir sempre novo, com os materiais históricos dados; ou seja, o homem se relaciona com a sociedade de seu tempo, onde os valores existem de alguma forma, mas de maneira ativa, ele configura os valores herdados num sentido de criação e tal situação é atingida através da experiência humana na cultura ou universo de valores. A cultura é caracterizada pela sua falta de certeza, é contingente e também dinâmica e o que a caracteriza são os seus valores.

A capacidade humana de inovar é dada pelo seu espírito e o seu espírito é livre e adaptativo. Assim, de um mundo primitivo o homem evoluiu através da história a um mundo cultural complexamente organizado graças à sua capacidade

de realizar novas sínteses<sup>129</sup> através do relacionamento de dados de modo a formar uma nova estrutura de conhecimento assim como sintetizar novos valores e colocá-los em uso na experiência cotidiana. O valor é a projeção da consciência na experiência e, quando isso ocorre, não ocorre somente para um indivíduo, mas para a rede de consciências que o indivíduo entra em contato. Assim, o valor passa a fazer parte de uma análise coletiva e fazendo com que a história humana seja fruto de inúmeras consciências e espíritos que se interligam e se comunicam. A transformação ocorre porque o espírito humano, na sua liberdade, quer que ocorra e assim, a cada momento histórico, de eras ou gerações, o espírito se encontra num grau de transcendência.

Num sentido hegeliano, a ação do espírito na natureza é o espírito objetivo<sup>130</sup>, aquele que coloca a história humana em movimento e que faz com que o homem seja capaz de observar sua própria ação na história, constituída de *ciclos culturais* que o espírito experimentou. O fato é o elemento empírico ao qual o valor aplica a sua existência, porém, o valor não é ele mesmo totalmente aplicado ao fato, porque sua função é transcendê-lo ou superá-lo. Portanto, um valor não existe sem possibilidade de experimentação. O valor que não se aplica é inexistente e o fato valorativo produzido é o que conduz a história. Um valor não se esgota, de modo a manter uma estrutura realizável ou a possibilidade a realizar.

Na teoria dos valores, o homem é o valor fundamental, uma vez que é o único ser capaz de produzir através de estimativas, de conhecer e realizar ciência através dos valores. Ciências de base estimativa são aquelas que o homem não quer somente ser capaz de explicar, com neutralidade, os fenômenos; mas é capaz de compreender o que significa determinada situação. Nesse tipo de ciência, onde o homem é capaz de lançar estimativas e interpretar os significados através de valores, ele próprio se insere como objeto de estudo. Uma ciência dessa categoria é chamada de ciência cultural ao passo que as ciências neutras são as ciências naturais.

---

129 Capacidade nomotética.

130 Esse espírito nunca consegue se objetivar completamente já que sua transcendentalidade é que torna possível sempre sua atuação no real de modo a nunca se esgotar. Assim, o espírito deve estar livre de todo pressuposto material, mas age através da matéria. Poderíamos dizer que o espírito objetivo é *objetivante* já que sua ação principal é objetivar e não é sua natureza *ser* objetivo.

O homem aqui deve ser considerado na sua posição de ser criador e, se age por valores, é aquele *ser* que *deve ser*, que seu espírito desenvolve sempre algo novo ou possui a capacidade de síntese, instaura novos objetos e formas, manipula a natureza e constrói novas formas de conhecer. Do ponto de vista da natureza, o homem é um *ser* e do ponto de vista da cultura, o homem *deve ser*. Assim, ele é o único ente que *é* e *deve ser* ao mesmo tempo.

O homem é aquele que, sobre o mundo natural, constrói o mundo da cultura, que possui espírito, portanto, valor e que é livre para inovar através das escolhas feitas e de valores adquiridos. O dever ser do espírito humano pode ser visto como intencionalidade da consciência, numa projeção de valores, onde, por erros e acertos na história, o homem cria sua cultura. Na vida social, palco da cultura, determinados valores acabam fugindo do caráter pessoal, são valores que se cristalizam adquirindo caráter ontológico exemplificados aqui como sendo o direito à vida, igualdade perante a lei, etc. Esses valores vão se incorporando às leis e à Ética e, no Direito, são intitulados direitos fundamentais do homem.

Entende-se por cultura toda ação e pensamento humano que se realiza na história e que está também totalmente ligada à tradição que o espírito herdou até o presente. Assim, aquilo que o homem recebeu de seus antepassados em termos de reflexão e de produção material moldaram seus valores, o que liga diretamente a história com a axiologia, assim como as ações humanas, num dado ciclo cultural, liga a ética à axiologia. Sendo a axiologia o principal estudo no campo da cultura, pode-se dizer que a história e ética estão correlacionados diretamente com a cultura.

Toda atividade humana está ligada à experiência histórica através dos tempos. Nesse sentido, a história revela que os homens tentaram manter certas normas e costumes e que constituem uma tradição cultural. Esses costumes baseados em valores são bens valiosos. Aqueles que os homens mantiveram são bens valiosos adquiridos e há aqueles bens que ainda estamos por adquirir, esses só serão possíveis através de novas experiências histórico-culturais. Para o espírito atingir tais bens, é necessário a ele um mínimo de liberdade. Nesse sentido, um embate entre bens adquiridos e valiosos envolveriam a ética e o direito. A ética

defendendo a liberdade criadora do espírito e o direito como o regulador da possibilidade de liberdade através da tradição e do poder.

Valores nascem na subjetividade da pessoa humana que é entendida como um objeto voltado para o dever ser. A subjetividade, pela experiência cultural, entra em contato com os outros homens e isso faz com que valores passem pelo crivo da intersubjetividade e respeito pela dignidade do próximo. Nessa união entre os indivíduos, formamos a cultura, que é a razão da vida do homem e esse é o modo mais natural de se ver a cultura humana.

Essa cultura é composta de uma rede de bens culturais e esses bens possuem uma estrutura específica. São compostos de um ou mais valores e se dividem em suporte e significado. O suporte pode ser material enquanto o significado é a parte que o material remete. Uma moeda possui um suporte de metal, mas seu valor significa algo além do próprio latão. Suportes podem ser físicos como psíquicos; suportes psíquicos envolvem a conduta humana individual tal como a declaração, testemunho ou confissão. O significado estimativo varia em cada situação. Nas ciências jurídicas, eles se vêem claros e distintos e nas artes assumem um alcance amplo, por exemplo. Os significados dizem respeito aos juízos lógico-ideais e em Direito, a significação por *dever ser* adquire um caráter lógico-normativo e envolve valores cujo suporte ou é físico ou é psíquico, por exemplo.

A cultura é produzida pelos indivíduos, em cada ação ou pensamento individual, mas que em consequência do grupo de indivíduos, torna-se um bem coletivo. Um traço essencial da cultura é a liberdade, tanto que o estudo da ética torna-se de grande importância para o entendimento do desenvolvimento cultural. A cultura não avançaria se não fosse a liberdade de cada indivíduo de desenvolver uma ação; claro que o indivíduo possui a liberdade de agir de maneira inovadora ou tornar-se submisso ao passado da tradição herdada ou das inúmeras experiências o foi capaz de produzir antes de. Mas não se deve aqui considerar o tradicional e o que está para ser feito de novo como dois pontos fixos. Há uma graduação e o abandono total de valores não é possível. A procura de novos valores e bens anda de mãos juntas com o tradicional sendo esse um ponto seguro, caso a nova experiência não atinja os resultados almejados.

Todo processo cultural, onde se funda a sociedade, acontece porque existem dois fatores: um mundo da natureza e o mundo da cultura já previamente dado. Assim, a cultura sempre transcenderá o natural através da ação de cada indivíduo livre. Nessa ação, incluímos os elementos morais necessários ao *dever ser* do homem e que ao mesmo tempo o faz agir como indivíduo e como uma parte de um todo. Todo valor faz com que a profissão de seu gosto (como parte individual) implique num ganho social (coletividade).

Do indivíduo para a sociedade, encontramos vários modelos ideais de valores da pessoa humana:

(...) O homem *teorético*, dominado pelo valor de *verdade*; o homem *econômico*, absorvido pela estimativa do *útil*; o homem *estético*, atraído pelo valor do belo; o homem *social*, conduzido pelo valor do *amor*; o homem *político*, determinado pelo valor do poder; e, por fim, o homem *religioso*, embebido no valor *santo*<sup>131</sup>.

Nesses valores, vários outros se encontram numa hierarquia de subordinação valorativa. Ao unir essa hierarquia de valores com a história das civilizações conseguiremos desvendar os vários ciclos de cultura através do tempo onde cada modelo humano instaura uma cosmovisão específica. Cada civilização possui um ciclo de vida onde cada modelo humano prevalece. Assim, o tempo histórico entendido filosoficamente nos mostra os pressupostos axiológicos de cada momento da civilização. No conhecimento civilizatório, não podemos deixar de buscar entender a influência de uma civilização em outra civilização. Podemos dizer que hoje nos encontramos em um momento de grande interligação cultural e de troca de experiências, mas mesmo assim não poderíamos deixar de realizar nossas próprias experiências éticas onde provamos individualmente de nossos próprios valores sem uma apropriação exagerada dos valores e exemplos culturais alheios.

Ao dizer que o valor fundamental é o da pessoa humana, esse valor dará sentido à existência dos demais valores. Que se subdividem em Verdadeiro e que diz respeito a Ontognoseologia; o valor do Belo, que é ligado às artes e à Estética. O valor do Útil, que diz respeito à Economia, Comércio, Agronomia e Indústria e da manutenção da vida e o valor do Bem que comporta as questões relativas à Ética, à conduta humana e a moral. Os valores são constituintes dos bens culturais.

---

131 REALE, M. Introdução à Filosofia, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989, pág. 182.

A cultura possui bens culturais e tais bens, realizados e construídos pela espécie humana, são de ordem não natural. Constitui todo tipo de ciência um bem cultural. As ciências da Natureza são um bem cultural assim como as ciências da cultura os são. Mas observamos comportamentos distintos entre uma ciência natural e uma ciência cultural. Em uma, a finalidade é explicar os fenômenos naturais, e em outra, a finalidade é compreender os fenômenos culturais. Nesse sentido, teremos um modo relacional objetivo de formação de leis culturais totalmente diferentes da formulação de uma lei natural. Teremos como pressuposto, aqui, que quando realizamos uma ciência cultural, realizamos algo sobre nós mesmos ou uma tentativa de autocompreensão.

No dever ser, o homem supera o simples ser da ciência natural. No espírito encontramos a liberdade e a capacidade de síntese e uma constante transcendência para além do dado imediato. Na ação, o homem leva em conta em que sentido ele age e assim, lança mão e seleciona valores de modo a realizar uma opção axiológica e determinar a sua ação. Agir para o homem envolve muito mais do que uma seqüência imediata de fatos, mas sim uma previsão ao futuro. Se o homem age é porque tudo já foi planejado na sua cabeça e uma ação é a atualização de uma possibilidade pensada. Segue-se que a conduta humana é imprevisível visto que é um elemento que depende de um entrelaçamento de valores e bens culturais.

Nas ciências humanas, lançamos mão não do que é ou do objeto por imposição, mas sim daquilo que deve ser. Nas ciências humanas temos fatos assim como nas ciências naturais e nesses fatos procuramos realizar um nexos causal. Aqui as leis estabelecem uma *conexão de sentido*, baseada num suporte axiológico. Em ciências naturais, o que vale são as *sínteses explicativas*, sem influência subjetiva. Mas nas ciências humanas, a posição subjetiva deve ser levada em consideração. No mundo moral, a causalidade necessária pode não existir uma vez que, a exemplo do direito, pode haver uma sanção penal. As leis baseadas no sentido são leis compreensivas e se subdividem em leis compreensivo-normativas, que são utilizadas pelo direito e a moral, e leis compreensivo-especulativas, que são de

caráter histórico, social, etc. Um traço das leis compreensivo-normativas é que elas admitem a sanção. A sanção é baseada na violação das leis morais já dadas e elas são necessárias no momento de uma violação. Na natureza, se uma lei não é satisfeita pelo real, todo sistema de interpretação encontra-se inconsistente. No direito, não ocorre o mesmo. Aqui, se alguém burlou a lei, uma pena é aplicada e não há a necessidade de se construir novamente todo o arcabouço jurídico.

Todo direito é baseado na justiça e esta justiça está ligada ao valor do bem, ou à ética. Bem é o que faz o homem se afirmar perante os outros homens, mas que venha a essa comunidade humana no sentido de cada vez mais contribuir para a sua organização e união. O bem é o fim último de toda estrutura jurídica e tal valor encontra suas bases no indivíduo. Todo bem individual é o fundamento para todo bem da humanidade. O valor do bem se materializa em toda e qualquer experiência ética e moral tal como a intersubjetividade, a conduta jurídica, nas concepções sociais, os modos, etc. Assim, uma das grandes buscas do Direito é o bem comum, assim como possuir as seguintes características:

(...) 1) uma experiência histórico-social; 2) de natureza ética; 3) e normativa; 4) que tem como valor fundante o bem social da convivência ordenada, ou o valor do justo.<sup>132</sup>

O direito cuida do bem enquanto é válido para todos e a moral cuida do bem enquanto é válida para o indivíduo. Porém, o bem comum não se resume unicamente ao direito, mas se aplica também às regras e convenções sociais.

Mas a ordem social não pode ser mantida apenas por convenções, mas sim pela justiça, que é própria do bem. Aqui, o bem comum deverá estar unido ao indivíduo de forma que o que seja um bem também para o coletivo. Assim se instaura a justiça e a realização de valores éticos como liberdade e igualdade. Quando interpretamos a noção de bem comum, devemos admitir uma posição personalista com respeito à ética. O coletivo não deve interferir na minha pessoa, porém devo respeitar o coletivo enquanto ele me respeita enquanto pessoa, ou

---

132 REALE, M. Introdução à Filosofia, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989, pág. 210.

seja, as leis e normas de conduta que mantenham o bem devem respeitar tanto o indivíduo como pessoa (voltado para o outro) quanto o grupo de indivíduos que pretende regular, numa compreensão histórico-social de modo a atender as exigências da cada época.

Quanto à reflexão estética, Reale segue uma linha da objetivação imagética e prefere chamar um fenômeno artístico de experiência estética porque é a objetivação dos valores do belo. Sabemos que esse valor é carregado, além da subjetividade do artista, de todo um conhecimento histórico-cultural onde, antes do artista criar, ele primeiro passou por todo um processo de assimilação perceptiva que, pelas suas faculdades, elaborou o seu juízo estético. Mas o espírito não pára por aí, invocando o princípio de circularidade do espírito, o artista objetivará, através de seus valores formados e da experiência estética, uma nova tradução do belo na realidade objetiva.

### 2.3 A Metafísica

Caracteriza a metafísica a investigação do *Ser* na medida em que esse *Ser* seja absoluto e incomensurável. Do *Ser* nada certo podemos dizer. Caracteriza hoje como estudo do *ser*<sup>133</sup> a Ontologia que, agora afigura como parte integrante da Ontognoseologia e seus estudos se ligam à teoria dos objetos e teoria dos valores. Aqui a Ontologia deverá ser entendida como um estudo separado da metafísica. De um lado temos ações que representam um conhecimento perene (*ser*, *dever ser*) e do outro uma substância (*Ser*). No conhecimento científico nos preocupamos com as ações e fenômenos de ser e dever ser. A teoria dos objetos é o estudo dos fenômenos e como eles aparecem para nós. A Ontologia separa da Metafísica quando não considera mais indagações sobre o “ser enquanto ser” e nem se importa com os atributos do *Ser*.

Com relação aos objetos, realizamos uma filosofia de caráter crítico e de

---

133 Notar a diferença entre o *Ser* e *ser*, sendo que um é maiúsculo, para representar o conhecimento metafísico enquanto que o *ser* em caixa baixa representa a parte *objecti* da Ontognoseologia.

onde as experiências com tais objetos nos permite elaborar conceitos e criticá-los segundo esses conceitos. Mas a Filosofia não pode se resumir a isso. Temos que levar em conta também que uma indagação filosófica, pelo seu caráter universal nos leva a indagar sobre o impensável e, também, o que não foi dado como conhecido. Aqui, não agimos no sentido de gerar uma atividade cognitiva que responda sobre algum conhecimento relacional, mas procuramos *conjeturar* sobre o vazio deixado sobre qualquer pensamento científico onde temos um possível acesso ao Ser. A metafísica não se confunde com os pensamentos organizados através da lógica transcendental, mas se identifica com o real num sentido de entendimento pelo plausível. A plausibilidade das conjecturas sobre as vastas áreas da existência humana e seus episódios pela vida fazem com que a metafísica e a lógica transcendental tornam a filosofia um conhecimento universal.

### 3. Conclusão

Já pelo caráter de defender a existência de uma metafísica, notamos que Reale se coloca contra aquelas posições filosóficas que afirmam a inexistência ou invalidade de tais indagações como os neopositivistas e os analíticos do Círculo de Viena, ou o neopositivismo em geral. Com relação à filosofia como uma reflexão universal, vemos que o autor procurou desvencilhar qualquer caráter utilitarista que a filosofia e a tradição filosófica alguma vez logrou a ter. A filosofia não se presta somente a desenvolver a teologia nem para uma simples metodologia científica e, sendo assim, o positivismo e sua forte influência exercida principalmente na filosofia, principalmente a brasileira, sofre duras críticas. Sua divisão entre ciências da cultura e ciências da natureza mostra mais uma vez uma crítica ao positivismo existente; ora, transpor o mesmo método científico das ciências naturais para as humanidades é agir violentamente contra o conhecimento. A união de métodos serviu principalmente para tornar o direito abstrato e longe da realidade e exigências da vida humana, retirando dessa doutrina o seu caráter humanístico e compreensivo assim como em várias áreas do conhecimento e humanidades em geral. Além disso, Reale não vê o homem como

uma coisa nem como um sujeito absoluto que subordina tudo a si. A ontognoseologia é uma lógica transcendental que procura retirar todas as cargas excessivas de filosofias extremamente objetivistas assim como todas as cargas excessivas de disciplinas subjetivistas em geral.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- REALE, M. *Introdução à Filosofia*, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989.
- REALE, M. *Experiência e Cultura: para a fundamentação de uma teoria geral da experiência*. São Paulo: Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- REALE, M. *Filosofia do Direito*, 4ª ed. págs. 113-114 in VITA, L. W., *Filosofia Contemporânea em São Paulo*, São Paulo: Grijalbo, Instituto Brasileiro de Filosofia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1969, págs. 195-196.
- REALE, M. *O Direito como Experiência*, 1968, págs. 28-30 in VITA, L. W., *Filosofia Contemporânea em São Paulo*, São Paulo: Grijalbo, Instituto Brasileiro de Filosofia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1969, págs. 207-209.
- VITA, L. W., *Filosofia Contemporânea em São Paulo*, São Paulo: Grijalbo, Instituto Brasileiro de Filosofia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1969